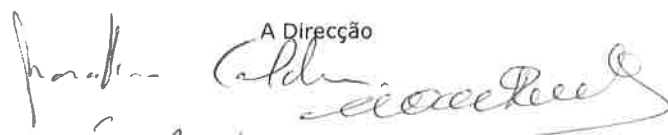


BALANÇO

Rubricas	Notas	Exercícios	
		2016	2015
<b>Activo</b>			
<b>Activos não correntes</b>			
Activos fixos tangíveis		51 954,97	60 751,50
Investimentos financeiros		2 549,41	529,58
		54 504,38	61 281,08
<b>Activos correntes</b>			
Créditos a receber			19 547,23
Estado e outros entes públicos		557,28	76,86
Diferimentos		251 801,91	260 859,72
Outros activos correntes		15 804,86	
Caixa e depósitos bancários		209 857,72	228 874,27
		478 021,77	509 358,08
<b>Total do Activo</b>		532 526,15	570 639,16
<b>Fundos patrimoniais e passivo</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		47 703,35	47 703,35
Resultados transitados		173 793,81	213 329,76
		221 497,16	261 033,11
Resultados líquido do exercício		12 374,49	-27 827,30
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		233 871,65	233 205,81
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores			65,88
Estado e outros entes públicos		43 382,17	41 493,27
Diferimentos		254 815,50	263 634,39
Outros Passivos correntes		456,83	32 339,81
		298 654,50	337 533,35
<b>Total do passivo</b>		298 654,50	337 533,35
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		532 526,15	570 739,16

+ 100 €

+ 100 €

A Direcção  
  
 António Almeida  
 Presidente do Conselho

ACC  
 Tânia Cerejeira Silva

**Centro Social e Paroquial de Santo António**  
(Exercício de 2016)

**Demonstração dos resultados por Natureza**

Rendimentos e Gasto	Notas	Exercício	
		2016	2015
Vendas e Serviços Prestados		179 745,94	120 485,25
Subsídios, doações e legados de exploração		2 478 810,71	2 294 796,65
Variação nos inventários de produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas		54 294,52	67 656,17
Fornecimentos e serviços externos		585 756,65	596 942,11
Gastos com pessoal		1 996 894,84	1 768 919,48
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidade (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		100,00	1 350,00
Outros gastos e perdas		539,62	481,50
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>21 171,02</b>	<b>-17 367,36</b>
Gastos/reversões de depreciações e de amortização		8 796,53	10 459,93
<b>Resultado operacional (antes de gastos e de financiamento e impostos)</b>		<b>12 374,49</b>	<b>-27 827,29</b>
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,01
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>12 374,49</b>	<b>-27 827,30</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>12 374,49</b>	<b>-27 827,30</b>

A Direcção


A CC

Tânia Corina Ferreira

*Osvaldo Pereira*  
Osvaldo Pereira  
*Paqueta Soares*  
Paqueta Soares

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Rubricas	2016	2015
<i>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</i>		
Recebimento de clientes e utentes +	179 745,94 €	120 485,25 €
Pagamento de subsídios -		
Pagamento de apoios -		
Pagamento de bolsas -		
Pagamento a fornecedores -	639 812,25 €	665 079,78 €
Pagamentos ao pessoal -	1 387 477,17 €	1 187 555,22 €
Caixa gerado pelas operações	- 1 847 543,48 €	- 1 732 149,75 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre rendimento -		
Outros recebimentos/pagamentos	1 828 526,93 €	1 684 056,68 €
<b>Fluxo das caixas das actividades operacionais (1)</b>	<b>- 19 016,55 €</b>	<b>- 48 093,07 €</b>
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento</i>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis -	- €	8 218,45 €
Activos intangíveis -		
Investimentos financeiros -		
Outros activos -		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Activos fixos tangíveis +		
Activos intangíveis +		
Investimentos financeiros +		
Subsídios ao investimento +		
Juros e rendimentos similares +		
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>- €</b>	<b>8 218,45 €</b>
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</i>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamento obtidos +		
Realização de fundos +		
Cobertura de prejuízos +		
Doações +		
Outras operações de financiamento +		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamento obtidos -		
Juros e gastos similares -		
Dividendos -		
Redução de fundos -		
Outras operações de financiamento -		
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>- 19 016,55 €</b>	<b>- 56 311,52 €</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>228 874,27 €</b>	<b>293 685,80 €</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>209 857,72 €</b>	<b>237 374,28 €</b>

  
 António André  
 Responsável Financeiro

Tânia Cavale  
 Ver. Sim

Anexo

*Handwritten signature and scribbles in the top right corner.*

**1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

- 1.1 / **Designação da entidade:** Centro Social e Paroquial de Santo António
- 1.2 / **Sede:** Entrada Particular da Igreja, n.º 2
- 1.3 / **Natureza da Atividade:** O Centro Social e Paroquial de Santo António é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, sendo a sua actividade principal de o Apoio Social com alojamento.
- 1.4 / Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não seja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas SNC.
- 1.5 / Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

**2 / REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:**

**2.1 / Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC;

Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código de Contas;

Aviso n.º 6726 – B/2011, de 14 de março – NCRF-ESNL.

**2.2 / Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

**2.3 / Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

2

A) Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2015.

*[Handwritten signatures and initials]*

### 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 3.1 / Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos do CSPSA, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

#### ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos dos correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

É procedimento da Instituição depreciar a 100% os ativos fixos tangíveis de reduzido valor, dado a sua imaterialidade.

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhoras significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que ocorrem. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

## IMPARIDADE DOS ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

## PROPRIEDADES DE INVESTIMENTOS

As propriedades de investimento são constituídos por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de renda e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

## INVENTÁRIOS

### Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

## RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensuráveis com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

### **INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### **Clientes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de clientes (referem-se aos Utentes) estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

#### **Fornecedores e outras dívidas de terceiros**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas de fornecedores ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

## Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando geradas, independentemente do momento em que são reconhecidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

## Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

## Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, feriados, subsídio de turno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e o subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

## Eventos Subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

## 3.2 / Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

## 3.3 / Principais pressupostos relativos ao futuro



As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos do Centro Social e Paroquial de Santo António.

#### 4 / POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

Apesar da introdução e aplicação da NCRF para as Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL), não se verificou alterações de estimativas contabilísticas apresentadas no âmbito do POCIPSS, nem foram apurados erros materialmente relevantes originários de anos económicos anteriores.

Não foram aplicadas reexpressões retrospectivas.

#### 5 / ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- ❖ Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;
- ❖ As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos;
- ❖ Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abates	31-12-2016
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	46.145,89			46.145,89
Equipamento básico	16.450,05			16.450,05
Equipamento de transporte	21.963,55			21.963,55
Equipamento administrativo	288.813,53			288.813,53
Outros ativos fixos tangíveis				
Investimentos em curso - ativos tangíveis				
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>373.373,02</b>			<b>373.373,02</b>

Depreciações acumuladas	312.621,52			321.418,05
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>312.621,52</b>			<b>321.418,05</b>

<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>60.751,50</b>			<b>51.954,97</b>
-------------------------------	------------------	--	--	------------------

As depreciações do exercício, no montante de 8.796,53 euros, foram reconhecidas na rubrica Gastos de depreciação e amortização.

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, e a vida útil determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

**5.1 / PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO**

Não aplicável

**6 / ATIVOS INTANGÍVEIS**

Não aplicável

**7 / LOCAÇÕES**

Não aplicável

**8 / CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS**

Não aplicável

**9 / INVENTÁRIOS**

**Mercadorias e matérias-primas**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o FIFO como fórmula de custeio. O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	54.294,52	67.676,12
<b>Total</b>	<b>54.294,52</b>	<b>67.676,12</b>

**Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período.**

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalham-se conforme segue:

TV

*[Handwritten signatures and initials]*

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Saldo Inicial	0	0
Compras	54.294,52	67.676,12
Saldo Final	0	0
<b>Gastos no período</b>	<b>54.294,52</b>	<b>67.676,12</b>

## 10 / RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rendimentos	2016	2015
<b>Matrículas e mensalidades</b>	179.745,94	120.485,25
<b>TOTAL</b>	<b>179.745,94</b>	<b>120.485,25</b>
<b>Subsídio à exploração</b>		
Infância e Juventude	123.264,39	83.666,85
Família e Comunidade	216.077,84	241.586,58
Invalidez e Reabilitação		
Terceira Idade	1.776.867,54	1.805.533,57
Emergência Alimentar	371.290,00	388.700,51
<b>TOTAL</b>	<b>2.487.499,77</b>	<b>2.519.487,51</b>
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>		
Desconto de Pronto Pagamento	0,00	0,00
Donativos	100,00	1.350,00
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>1.350,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.667.345,71</b>	<b>2.641.322,76</b>

## 11 / PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES

Não aplicável

## 12 / SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A actividade é desenvolvida numa parceria com a Segurança Social e como tal os subsídios que recebe provêm directamente do Centro de Segurança Social da Madeira. No ano de 2016 foi transferido para o CSPSA o valor de 2.487.499,77€.

## 13 / EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável

## 14 / IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Não aplicável

TV

*Handwritten signature and scribbles*

*Handwritten signature and scribbles*

## 15 / INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Políticas contabilísticas

Foram utilizadas as bases de mensuração e outras políticas contabilísticas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

#### 15.1/ Fornecedores/Clientes/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de «Fornecedores/Clientes/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal» apresentava apenas valores relativos às pensões dos utentes:

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL
Passivo						
Outros Passivos Financeiros	456,83		456,83	1.767,76		1.767,76
<b>TOTAL</b>	<b>456,83</b>		<b>456,83</b>	<b>1.767,76</b>		<b>1.767,76</b>

#### 15.2 / Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	541,88	3.060,00
Depósito à ordem	209.315,84	225.814,27
<b>TOTAL</b>	<b>209.857,72</b>	<b>228.874,27</b>

## 16 / BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2016	2015
<b>Gastos com pessoal</b>		
Remuneração do Pessoal	1.651.209,32	1.646.945,66
Encargos sobre remuneração	332.729,19	329.475,37
Seguro Pessoal	18.077,93	14.089,31
Outros Gastos	3.686,21	3.100,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.005.702,65</b>	<b>1.993.610,34</b>

A rubrica "Outros gastos" inclui gastos com Higiene e Segurança no Trabalho.

## 17 / OUTRAS INFORMAÇÕES

### 17.1 / Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2016		31-12-2015	
	Corrente	Total	Corrente	Total
<b>Estado e outros entes públicos</b>				
<b>Ativos</b>				
Pagamento IRS independente	-557,28		-68,12	
Pagamento Sobretaxa IRS	108,00		598,00	
FGCT/FCT	116,34		-8,74	
<b>Total do Ativo</b>	<b>-332,94</b>		<b>521,14</b>	
<b>Passivo</b>				
Retenção de imposto sobre rendimento	7.104,00		7.793,00	
Retenção de imposto sobre outros rendimento	309,02		414,75	
Contribuições para a Segurança Social	35.744,81		32.687,52	
<b>Total do Passivo</b>	<b>43.157,83</b>		<b>40.895,27</b>	
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>42.824,89</b>		<b>41.416,41</b>	

É de salientar que os valores em dívida em 31 de dezembro de 2016, relativo a *retenção de imposto sobre o rendimento e as contribuições para a segurança social*, são relativas a dezembro de 2016, pagas em janeiro de 2017.

### 17.2 / Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2016
<b>Ativos</b>	
<b>Gastos a reconhecer</b>	
EEMadeira CC90	215,50
EEMadeira CC91	629,26
EEMadeira CC92	62,71
EEMadeira CC95	303,16
EEMadeira CC99	109,17
Água CMFx CC90	47,80
Água CMFx CC91	162,88
Água CMFx CC92	29,95
Água CMFx CC95	201,78
Água CMFx CC99	78,58
Gasinsular CC 90	117,27
Comunicação CC90	0,00
Comunicação CC91	300,99
Comunicação CC92	72,04
Comunicação CC95	53,49
Comunicação CC99	80,01
Contabilidade	549,00
<b>TOTAL</b>	

*Handwritten notes and signatures:*  
 ccccccc  
 [Signature]  
 [Signature]

Diferimentos	31-12-2016
<b>Passivos</b>	
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	251.801,92
<b>TOTAL</b>	

### 17. 3 / FLUXOS DE CAIXA:

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Descrição	31-12-2016
<b>Caixa e depósitos bancários</b>	
<b>Ativos</b>	
Caixa	541,88
Depósito à ordem	209.315,84
<b>TOTAL</b>	<b>209.857,72</b>

Na divulgação dos *fluxos de caixa*, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimento e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos.

Na elaboração do referido mapa incluem-se:

- *Recebimentos de clientes e utentes (0111)* - as pensões, mensalidades, cantina interna e subsídios à exploração;
- *Outros recebimentos/pagamentos (013)* – as rendas, quotizações, donativos, a parte dos 20% dos utentes;

#### 17.4 / ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorrido que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

#### 17.5 / FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	31-12-2016	31-12-2015
Fundos	47.703,35	47.703,35
Reservas		
Resultados Transitados	173.793,81	213.329,76
Outras Variações de fundos patrimoniais	12.374,35	-27.827,30
<b>TOTAL</b>	<b>233.871,65</b>	<b>233.205,81</b>

Em relação aos *resultados transitados*, é procedimento da Instituição transferir o resultado líquido de cada período para resultados transitados.

#### 17.6 / OUTRAS INFORMAÇÕES

Chama-se a atenção para o facto de ter havido alterações em termos de pessoal na Instituição. Em Janeiro de 2016 os quadros de pessoal da ajuda domiciliária aumentaram significativamente. Esta situação deve-se à divisão por zonas, ficando à responsabilidade desta Instituição as zonas altas.

Relativamente às pensões dos utentes, o Centro Social e Paroquial de Santo António fica com os 100% dos respectivos utentes, ficando todos os encargos dos mesmos à responsabilidade da Instituição.

*[Handwritten signature]*  
~~*[Handwritten signature]*~~  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*